

# A ética e a metaética de Michael Ruse: do altruísmo à teoria do erro\*

Michael Ruse's Ethics and Metaethics: From Altruism to Error Theory

Juliano Santos do Carmo<sup>†</sup>  
Mariana Marques Burkle<sup>‡</sup>

## Resumo

O objetivo central do trabalho é analisar a posição evolucionista proposta por Michael Ruse a respeito da ética no âmbito de primeira e de segunda ordem. Para cumprir com este objetivo, inicialmente distinguiremos a posição evolucionista de Ruse, de fundamentação darwiniana, com a posição evolucionista clássica, de fundamentação spenceriana. Mostraremos como Ruse inicialmente reformula a ética evolucionista spenceriana, tornando o âmbito da ética substantiva descritivo, e não mais prescritivo, a partir da compreensão correta do conceito de altruísmo. No âmbito da metaética, mostraremos como Ruse desenvolve uma posição evolucionista sem recair nos problemas clássicos da lei de Hume e da falácia naturalista. Por fim, mostraremos que a metaética darwiniana de Ruse pode ser considerada como um tipo de teoria do erro. Concluiremos que a proposta de ética e metaética darwiniana de Ruse trazem grandes avanços para a discussão, fortalecendo a importância da biologia na investigação tradicionalmente filosófica.

*Palavras-chave:* Michael Ruse - ética - metaética - evolução - altruísmo

## Abstract

This work's central objective is to analyze the evolutionary position proposed by Michael Ruse regarding ethics in the scope of first and second order. To fulfill this objective, we will initially distinguish Ruse's evolutionary position, with Darwinian foundations, with the classical evolutionary position, with Spencerian foundations. We will show how Ruse initially reformulates Spencerian evolutionary ethics, making the scope of substantive ethics descriptive, and no longer prescriptive, based on the correct understanding of the concept of altruism. Within the scope of metaethics, we will show how Ruse develops an evolutionist position without falling back into the classic problems of Hume's law and the naturalistic fallacy. Finally, we will show that Ruse's Darwinian metaethics can be considered as a type of error theory. We will conclude that Ruse's proposal of Darwinian ethics and metaethics bring great advances to the discussion, strengthening the importance of biology in the traditionally philosophical investigation.

*Keywords:* Michael Ruse - ethics - metaethics - evolution - altruism

---

\* Recebido: 7 de diciembre de 2022. Aceito: 29 de marzo de 2023.

<sup>†</sup> Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pelotas. Para contatar o autor, por favor escreva a: [juliano.ufpel@gmail.com](mailto:juliano.ufpel@gmail.com).

<sup>‡</sup> Doutoranda em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Para contatar o autor, por favor escreva a: [mariana.burkle@hotmail.com](mailto:mariana.burkle@hotmail.com).

*Metatheoria* 13(2)(2023): 33-47. ISSN 1853-2322. eISSN 1853-2330.

© Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero.

© Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes.

Publicado en la República Argentina.

## 1. Introdução

Michael Ruse é um dos principais autores do século XX a ressaltar a importância da biologia para a filosofia, trazendo as questões discutidas no campo da biologia como essenciais à discussão filosófica. No presente trabalho, investigaremos a retomada realizada por Ruse da ética evolucionista em primeira ordem, e suas consequências para a metaética evolucionista. Em linhas gerais, mostraremos como a teoria do altruísmo moral no âmbito da ética evolucionista de primeira ordem acaba levando Ruse a endossar um tipo de teoria do erro em sua metaética darwiniana.

A retomada de Ruse é dificultada pelos problemas da ética evolucionista do século XIX, especialmente com os problemas do darwinismo social. Por esta razão, para abordar a retomada de Ruse da ética evolucionista, utilizaremos a distinção proposta por Ruse em *Philosophy of Biology Today* (1988) entre ética evolucionista “analógica” (spenceriana) e ética evolucionista “literal” (darwiniana). A ética evolucionista “analógica” é aquela que propõe que se faça uma analogia entre o processo da seleção natural, e o processo de valoração moral. Com vertente fortemente spenceriana, o ponto central da ética “analógica” é realizar prescrições morais a partir da teoria da seleção natural. Para este tipo de teoria, a evolução é algo intrinsecamente progressivo e bom, assim sendo, promover a evolução é algo também intrinsecamente progressivo e bom. Ao promovermos a evolução, estaríamos fazendo a coisa certa, pois a evolução gera o progresso moral.

Mostraremos na primeira seção do presente trabalho como a ética evolucionista “analógica” recai em quatro erros fundamentais, tanto no âmbito da ética de primeira ordem, quanto no âmbito da metaética. Em linhas gerais, este tipo de teoria gera diversos problemas científicos e conceituais: parece não compreender corretamente a moralidade de um ponto de vista filosófico, e parece não compreender a biologia humana de um ponto de vista científico. Por estes motivos, a visão evolucionista da ética foi alvo de muitas críticas, e foi amplamente rejeitada no debate filosófico. Uma tentativa de naturalização da ética parecia ser, a princípio, algo impossível.

Contudo, mostraremos como Ruse retoma a ética evolucionista no século XX de uma perspectiva “literal”: a moralidade está literalmente imersa no processo da seleção natural. Em outras palavras, a moralidade humana pode ser explicada causalmente como fruto do processo de seleção natural. A moralidade é vista como um tipo de adaptação, que moldou o comportamento humano para fins evolutivos, tornando os seres humanos ancestrais mais propensos a convivência em grupo, bem como contribuindo para que estes deixassem uma linhagem de ancestrais.

Partindo de um ponto darwiniano na compreensão do processo da seleção natural, a ética evolucionista de Ruse realiza um movimento que revoluciona a investigação tradicional da ética em primeira ordem. Pois, é comumente pensado pelos filósofos que a ética de primeira ordem deveria realizar prescrições daquilo que deve ser feito. Contudo, Ruse mostra que tal movimento é um erro. Antes de realizar qualquer tipo de prescrição, os filósofos devem investigar e compreender as causas que nos levam a agir moralmente. Logo, Ruse realiza um movimento do âmbito normativo para o âmbito prescritivo, resolvendo a maioria dos problemas conceituais e empíricos colocados para a ética “analógica”.

Por fim, concluiremos o presente artigo mostrando as consequências da ética darwiniana de Ruse em primeira ordem, para a metaética darwiniana. Mostraremos como Ruse cria uma perspectiva antirrealista com fundamentação evolucionista, sem recair nos problemas clássicos colocados para visões naturalistas em metaética. Após, posicionaremos a metaética darwiniana de Ruse no debate metaético contemporâneo, mostrando como a teoria do altruísmo de Ruse no âmbito da ética de primeira ordem acaba levando-o a endossar uma forma inovadora da teoria do erro.

## 2. Um panorama da ética spenceriana

Michael Ruse, em *Philosophy of Biology Today* (1988) e *Sociobiologia: senso ou contrassenso?* (1983), busca evidenciar os desafios do reconhecimento da biologia como uma área importante à filosofia. Em geral, Ruse pode ser considerado um dos principais autores do século XX a demonstrar e justificar a importância da biologia para diversas áreas da filosofia. No presente trabalho, abordaremos o resgate da visão evolucionista da ética substantiva realizado por Ruse. Para uma compreensão geral da visão contemporânea de Ruse da ética evolucionista, é necessário afastar uma possível confusão com a visão tradicional da ética evolucionista, desenvolvida no século XIX.

No intuito de distinguir a visão tradicional da ética evolucionista do século XIX com a ética evolucionista contemporânea, Ruse (1988) divide a utilização da biologia na filosofia, especialmente na ética, em duas “vertentes”: uma vertente “analógica” e uma vertente “literal”.<sup>1</sup> A vertente “analógica” considera que os valores morais funcionam de maneira análoga ao processo de evolução. Neste tipo de concepção, considera-se que o processo biológico da evolução gera valor por ele mesmo, servindo como fundamento para as prescrições morais. A vertente “literal”, por sua vez, considera que os valores estão literalmente imersos no processo de seleção natural, tomando que a seleção natural é a causa da maneira pela qual pensamos moralmente. Na presente seção, evidenciaremos como Ruse rejeita a visão “analógica” em 4 passos argumentativos. São estes: 1) a visão “analógica” gera “cretinos” em ética; 2) a visão “analógica” conflita com o senso comum; 3) a visão “analógica” está baseada em uma visão cientificamente errada; 4) a visão “analógica” cai na falácia naturalista e na lei de Hume.

A visão “analógica” da ética evolucionista pode ser considerada como resultado do desenvolvimento teórico realizado no século XIX, a partir da visão do darwinismo social. Após a publicação da *Origem das Espécies*, de Darwin, surgiram diversos biólogos, mais notavelmente Spencer, “[...] que, mais do que ninguém, estreitou os laços entre a evolução e a ética.” (Ruse 1983, p. 223). Spencer buscou estabelecer um tipo de teoria ética fundamentada na biologia. Com o progresso da biologia no período, houve grande otimismo para utilizar a ciência para explicar todos os aspectos da vida humana, inclusive o aspecto ético. Em outras palavras,

Eles acham que agora (e somente agora) a biologia dos seres humanos está claramente à vista; e uma vez que conseguimos isso, é de todo conveniente empregarmos nossas descobertas para explorar imediatamente todos os aspectos da situação humana, inclusive o ético. (Ruse 1983, p. 223)

Na proposta teórica do darwinismo social, houve uma tentativa de estabelecer que “a única filosofia moral verdadeira é a que está solidamente alicerçada na teoria da evolução.” (Ruse 1988). Esta concepção considera que o processo biológico da evolução é capaz de gerar valor por si mesmo. Logo, o conteúdo das prescrições morais no âmbito normativo deve ser derivado do processo de seleção natural. Em outras palavras, “[...] tudo o que evoluiu é bom, sendo nossa obrigação moral promover e ajudar as obras da Natureza conforme elas se manifestam através da teoria evolucionária.” (Ruse 1983, p. 229).

Esta concepção considera que a evolução possui um fim teleológico, a partir da ideia de progresso. Logo, os seres humanos possuem o “dever” de promover a evolução. Pois, seguindo o rumo da seleção natural, os seres humanos estariam inseridos em uma escala de progresso moral. Por exemplo, na concepção do darwinismo social, os cidadãos ingleses do século XIX mostravam-se moralmente mais evoluídos do que seres humanos primitivos. Por esta razão, promover a seleção natural como

---

<sup>1</sup> Para Ruse, além desta divisão ocorrer no âmbito da ética, também ocorre no âmbito da epistemologia. Na epistemologia, os autores que endossam uma abordagem analógica, endossam que o conhecimento possui um processo de evolução similar aos organismos biológicos. Logo, o conhecimento deve ser interpretado a partir da seleção natural, como “lutando” pela sobrevivência das ideias. Na abordagem literal, os autores endossam que a epistemologia está literalmente inserida no processo evolutivo. Logo, a própria seleção natural moldou o conhecimento humano, dado que o conhecimento pode ser considerado como uma adaptação (tal qual adaptações corpóreas). Para maior discussão deste ponto, ver Ruse (1988).

fundamentação dos princípios morais parecia a coisa certa a ser feita a partir do processo da seleção natural.

O processo da seleção natural é compreendido como guiado por um mecanismo: mais organismos nascem do que podem sobreviver e reproduzir, levando à competição, e os vencedores de tal competição são “naturalmente selecionados”. Sendo assim, progredimos e evoluímos do mais simples ao mais complexo, de amebas a seres humanos, selecionando apenas os “vencedores” da luta pela sobrevivência evolucionista. Promover o processo de evolução parece, portanto, ser algo moral, pois nos levou, conforme Spencer (1852) “de selvagens a cidadãos ingleses”, ou seja, promoveu relações sociais cada vez mais complexas e benéficas. No entanto, promover a evolução supostamente implica na exclusão dos fracos e doentes para a conservação dos mais fortes, sendo estes os mais adaptáveis evolutivamente. A visão evolucionista da moralidade parece promover “cretinos” em ética (Ruse 1986, p. 96).

Se a visão de ética evolucionista tradicional parece promover cretinos em ética, então esta visão conflita com o senso comum. Pois, normalmente é aceito que uma teoria ética deve gerar pessoas moralmente engajadas, e não “cretinos”. Em outras palavras,

[...] quando uma pessoa propõe uma teoria ética, ela tem de apresentar algumas razões pelas quais deveríamos aceitá-la por exemplo, que a teoria está de acordo com a decência comum e que talvez sistematize e torne mais explícitas nossas crenças. (Ruse 1983, p. 231)

A visão evolucionista tradicional conflita com todas as concepções de prescrição moral que são aceitas no senso comum, sejam elas utilitaristas, deontológicas, etc. No caso, a argumentação pode ser resumida da seguinte maneira: tome qualquer teoria comumente aceita no âmbito da prescrição moral - a concepção da ética evolucionista tradicional irá conflitar com qualquer uma delas. Logo, esta já parece ser uma razão suficiente para rejeitar a visão tradicional. Contudo, Ruse vai além em sua argumentação.

Além da concepção da promoção de “cretinos” em ética, a visão prescritiva da evolução mostra-se problemática em sua fundamentação científica. A forma como estes teóricos compreendem o processo evolutivo é equivocada. A seleção natural não comporta uma visão teleológica das coisas: “[...] a própria essência do darwinismo é que a evolução não está indo para lugar nenhum.” (Ruse 1988, p. 77, tradução nossa). Ou seja, tomar que a evolução está em progresso moral é algo completamente incompatível com a teoria da seleção natural. A visão de que a evolução possui um fim progressivo é um resquício de uma visão cristã de mundo, que não deve ser incorporada na ciência.<sup>2</sup> Em outras palavras,

[...] minha suspeita é de que a leitura progressista da evolução é muito mais uma função dos pensamentos cristãos de redenção e salvação do que qualquer coisa que possa ser encontrada em registros fósseis. (Ruse 1995, p. 230, tradução nossa)

Ademais, a visão de que seria algo intrinsecamente bom “deixar a evolução se desenrolar” livremente rumo ao “progresso” não parece algo correto. Para elucidar tal ponto, Ruse (1983) apresenta dois exemplos: o vírus da varíola e a superpopulação. O vírus da varíola é um produto da evolução, e sua tentativa de eliminação é algo completamente desejável, e já está tentando ser realizado pela OMS. Na concepção tradicional, a OMS estaria realizando uma escolha moralmente errada ao eliminar o vírus da varíola, dado que este foi produto da evolução, logo, é intrinsecamente bom. No caso da superpopulação, a sobrevivência e proliferação da espécie está sendo alcançada. Contudo, está gerando maior quantidade de fome, doenças e mortes. Logo, parece ser algo bom conter a superpopulação.

<sup>2</sup> Uma das principais críticas de Michael Ruse (1995) direcionadas para Edward Wilson (1975), outro proeminente teórico evolucionista do século XX se baseia neste ponto. Edward Wilson busca estabelecer uma visão prescritiva da ética a partir da teoria da evolução. Contudo, Ruse considera este movimento de Wilson errôneo e causado como um resquício de sua formação cristã. Para maior discussão deste ponto, ver Ruse (1995).

Novamente a concepção tradicional de ética evolucionista teria como conclusão que promover o controle da superpopulação é algo ruim, pois está “contendo” o processo de evolução.

Por fim, do ponto de vista filosófico, a visão tradicional da ética evolucionista esbarra em dois clássicos desafios: a falácia naturalista e a lei de Hume.<sup>3</sup> Em linhas gerais, este tipo de desafio busca estabelecer uma barreira lógica entre o âmbito do ser, e o âmbito do dever ser. Não é possível realizar qualquer tipo de movimento de justificação ou dedução do âmbito do ser para o âmbito do dever ser. Logo, não é possível fundamentar prescrições morais do que deve ser feito, a partir de considerações científicas factuais acerca do que é. No caso específico da ética evolucionista “analógica”, não é possível identificar aquilo que é moralmente bom com a conduta mais “evoluída”.

Por estas razões, a visão evolucionista da moralidade foi considerada um movimento fracassado e descartável até a segunda metade do século XX. Michael Ruse pode ser considerado como o responsável pelo “renascimento” da ética evolucionista contemporânea. Na próxima seção, abordaremos o desenvolvimento da ética evolucionista de Michael Ruse, pontuando como seu projeto de ética substantiva diferencia-se do proposto pela ética evolucionista clássica, evitando todos os problemas que pareciam inibir uma visão naturalista da moralidade.

### 3. A ética darwiniana de Michael Ruse

A reformulação da ética evolucionista de Michael Ruse é fundamentada na resolução dos problemas da ética tradicional evolucionista. Logo, para reinstaurar a ética evolucionista no debate filosófico contemporâneo, Ruse precisa estabelecer 4 pontos: 1) a visão “literal” não gera “cretinos” em ética; 2) a visão “literal” não conflita com o senso comum; 3) a visão “literal” não está baseada em uma visão cientificamente errada e 4) a visão “literal” não cai na falácia naturalista e na lei de Hume. Consideramos que os pontos 1-3) dizem respeito à ética substantiva evolucionista de Ruse, e que o ponto 4) diz respeito à metaética evolucionista de Ruse, sendo abordado na próxima seção do presente trabalho.

Um dos primeiros passos para resolver os problemas da visão “analógica” da ética evolucionista é considerar que a evolução não deve ser usada para prescrever. Na perspectiva “literal”, a ética deve ser considerada de uma perspectiva descritiva, e não mais prescritiva, como tradicionalmente feito em filosofia.<sup>4</sup> A ética evolucionista “literal” considera que a moralidade foi causada pela seleção natural, sendo plenamente explicada pela biologia.<sup>5</sup> Em outras palavras, “A moralidade não tem nenhuma

<sup>3</sup> Ruse (1988) aponta que a falácia naturalista e a Lei de Hume podem ser diretamente contestadas. Contudo, mesmo que a ética evolucionista “analógica” consiga se livrar destes dois problemas, ainda restam todos os demais citados acima. Logo, a estratégia mais econômica seria desenvolver um novo tipo de ética evolucionista que não recaia na falácia naturalista e na Lei de Hume, nem nos demais problemas da ética evolucionista “analógica”. Para maior discussão deste ponto, ver Ruse (1988).

<sup>4</sup> Este ponto de Ruse pode ser inserido dentro da virada naturalista realizada no século XX, especialmente no âmbito do naturalismo metodológico. Seguimos a distinção de Livingstone-Smith (2019) para distinguir naturalismo ontológico e naturalismo metodológico. Consideramos que o naturalismo ontológico se trata da visão acerca das coisas que existem, de fato, na realidade. Sendo assim, “De acordo com esta visão, tudo o que existe, ou é numericamente idêntico, ou é constituído por coisas físicas.” (Livingstone-Smith 2019, p. 9). Consideramos que o naturalismo metodológico se trata de uma perspectiva filosófica mais ampla, que não precisa (necessariamente) contar com tais comprometimentos metafísicos fortes. O naturalismo metodológico, “[...] é a concepção dos filósofos de que a filosofia está, de certo modo, em continuidade com a ciência.” (idem). Em linhas gerais, o naturalismo metodológico se caracterizaria mais como uma postura filosófica, que endossa que as informações oriundas da ciência podem participar ativamente das questões e respostas de problemas genuinamente filosóficos, e não como um conjunto de teses como o naturalismo ontológico. No caso de Ruse, o seu projeto de ética evolucionista busca analisar a moralidade como uma adaptação causada pela seleção natural, que pode e deve ser investigado no campo da biologia.

<sup>5</sup> Duas objeções podem ser levantadas neste ponto: 1) a moralidade é um subproduto de outras funções humanas, não tendo nenhuma função adaptativa; 2) a moralidade é integralmente gerada pela cultura. Ruse responde à objeção 1) afirmando que a moralidade é um elemento extremamente difundido e importante para ser descartado como função adaptativa; e responde à objeção 2) mostrando que a cultura, em certo aspecto, pressupõe a própria moralidade. Pois, para nos organizarmos como civilização e promovermos a cultura, é necessário o mínimo convívio moral, causado pelo que há de mais primitivo nos seres humanos, a saber, a sua própria base biológica. Para maior discussão deste ponto, ver Ruse (1983).

função ou *status* a menos, ou função ou *status* a mais, do que qualquer outra adaptação biológica.” (Ruse 1988, p. 74). A visão evolucionista correta seria a que busca analisar as origens e o desenvolvimento do comportamento moral humano, descrevendo propriamente e fazendo justiça a como as coisas são efetivamente na realidade, e não como algum idealista gostaria que elas fossem. Para Ruse, “O trabalho do filósofo moral não é prescrever uma nova moralidade, mas explicar e justificar a natureza da moralidade como a conhecemos.” (Ruse 1995, p. 239, tradução nossa).<sup>6</sup>

Porém, é necessário acomodar nesta descrição da realidade a ocorrência do comportamento moral humano. Se o comportamento moral humano for mostrado compatível com a teoria da seleção natural, Ruse terá resolvido os três primeiros problemas lançados para a visão “analógica”. Pois, Ruse esclarecerá como a sua ética “literal” não recai no problema de gerar possíveis “cretinos” em ética, não conflita com a visão moral do senso comum, e nem é cientificamente incorreta. Contudo, isto parece problemático em um primeiro momento, “[...] dado que (por razões bastante óbvias) nossas disposições naturais são ao menos autocentradas, se não egoístas.” (Ruse 1988, p. 74, tradução nossa). Em outras palavras, de acordo com a visão “literal” da ética evolucionista, a moralidade humana deve ser compreendida como causada pelo processo da seleção natural. Contudo, o processo da seleção natural parece, em tese, favorecer organismos egoístas. Como, então, o comportamento moral altruísta pode ser causado pelo processo de seleção natural?

Diferente do que é pensado em uma concepção apressada do processo de seleção natural, organismos altruístas parecem ser favorecidos em prol de organismos egoístas. A implicação de que a seleção natural selecionaria organismos egoístas ocorre por uma má compreensão do processo evolutivo. Embora o processo comece com uma competição devido aos recursos limitados, posteriormente é necessário maximizar o benefício do grupo a partir da cooperação entre os membros. Deste modo, o comportamento biologicamente altruísta é empiricamente comprovado em um significativo número de espécies do reino animal, especialmente aquelas com estruturas sociais complexas, como os macacos do velho mundo e insetos como abelhas e vespas.<sup>7</sup> Em outras palavras,

[...] a cooperação é virtualmente a norma no mundo animal, e não a exceção. Assim que alguém começa um estudo detalhado sobre qualquer espécie – répteis, mamíferos, pássaros, encontrará organismos trabalhando juntos. Na maioria das vezes isto ocorre entre casais e parentes, mas pode ocorrer até mesmo entre estranhos, e entre membros de espécies diferentes.” (Ruse 1995, p. 233, tradução nossa).

O comportamento de cooperação encontrado em animais não-humanos é chamado de altruísmo biológico. O altruísmo biológico é definido como o comportamento social de um organismo quando sua ação beneficia outros organismos, com um custo a si mesmo. Segundo Okasha, “Os custos e benefícios da ação são mensurados em termos de adequação reprodutiva, ou número esperado de descendentes.” (Okasha 2013, p. 1). Em outras palavras, uma ação é biologicamente altruísta quando o organismo que realiza a ação diminui sua adequação reprodutiva, mas aumenta a adequação reprodutiva de outros organismos. O altruísmo biológico diferencia-se do altruísmo moral por não requerer a ação consciente de ajuda ao próximo, apenas a consequência da ação em uma perspectiva biológica, já que organismos que, supostamente, não possuem consciência, como as formigas e outros insetos, são capazes de um comportamento biologicamente altruísta.

O avanço da biologia contemporânea permite explicar o fenômeno do comportamento do altruísmo biológico na natureza por diversas teorias, sendo as mais proeminentes a teoria da seleção de

<sup>6</sup> Neste ponto, Ruse promove uma grande inovação no âmbito da ética de primeira ordem (ou ética substantiva). Normalmente, o âmbito da ética substantiva é marcado pela busca dos filósofos acerca de quais são as melhores maneiras de prescrever moralmente. Ruse discorda substantivamente desta visão. Para Ruse, quando o filósofo se posiciona no âmbito da prescrição, ele está confundindo a sua função com a função de um padre. A investigação correta a ser feita no âmbito da ética substantiva é de descobrir as causas das prescrições que fazemos. Para maior discussão deste ponto, ver Ruse (1988, 1983, 1986).

<sup>7</sup> Neste ponto, Ruse ressalta que, diferentemente da ética evolucionista “analógica”, que é fundamentalmente spenceriana, a ética evolucionista “literal” é fundamentalmente darwiniana, compreendendo o processo da seleção natural de maneira correta. Para maior discussão deste ponto, ver Ruse (1995).

parentesco e a teoria do altruísmo recíproco.<sup>8</sup> Para os teóricos da seleção de parentesco, o comportamento altruísta dos indivíduos é seletivo. Os organismos só adotam um comportamento altruísta com aqueles que possuem algum grau de parentesco. Isto acontece porque organismos que possuem algum parentesco partilham, em algum grau, seus genes, havendo a possibilidade destes indivíduos apresentarem o mesmo comportamento daquele que realiza a ação. Ao realizar uma ação altruísta para um familiar, como partilhar a comida, a chance daquele que recebeu a ação altruísta retribuir a ação é alta, podendo compartilhar a sua comida com o partilhador em uma ocasião futura. A evolução aumenta, assim, a possibilidade de sobrevivência daqueles indivíduos que possuem genes em comum, que garantiriam um comportamento altruísta (Vlerick 2020).

No caso da teoria do altruísmo recíproco, há uma tentativa de abarcar os casos que não podem ser incluídos na teoria da seleção de parentesco. Pois, existem casos de relações de altruísmo na natureza entre organismos que não possuem nenhum grau de parentesco, sendo, inclusive, membros de espécies diferentes. A tese central da teoria do altruísmo recíproco é que pode ser benéfico para um organismo ajudar outro, se houver alguma expectativa do favor ser retornado no futuro. As únicas requisições para que a explicação deste tipo de altruísmo seja bem-sucedida é que os organismos interajam diversas vezes, e possuam a capacidade de reconhecimento mútuo em situações diversas (Trivers 1971). De acordo com Ruse (1995), o altruísmo recíproco é um tipo de “auto interesse esclarecido”, pois pressupõe a realização de um favor com a “garantia” do retorno desse favor em um futuro próximo.

Com as teorias da seleção de parentesco e do altruísmo recíproco, a visão de Ruse parece se livrar do problema de uma compreensão cientificamente incorreta, como foi o caso da visão “analógica”. Pois, as melhores explicações científicas atuais aceitam a visão de que o comportamento altruísta está presente na natureza. Contudo, a explicação científica do altruísmo biológico é insuficiente para resolver problemas da explicação evolucionista da moralidade em sua visão “literal”, pois, em um primeiro momento, é necessário explicar como os seres humanos são altruístas no sentido biológico, ou seja, se o mesmo processo de seleção de parentesco e altruísmo recíproco ocorrem nos seres humanos. Em um segundo momento, para que não sejamos “cretinos” em ética, precisamos ser altruístas no sentido “real”, não apenas como um tipo de “auto interesse esclarecido”. Além disso, para não conflitar com a visão da moralidade do senso comum, é necessário explicar como somos altruístas no sentido “literal”, e não no sentido biológico. Por esta razão, Ruse (1995, p. 235) analisa três hipóteses para buscar a origem que explique o comportamento altruísta biológico e literal na espécie humana.

### 3.1. A hipótese do “hardware” genético

A primeira hipótese analisada por Ruse afirma que altruísmo está presente no cérebro devido a constituição genética dos seres humanos. Como no caso das formigas, o altruísmo é um comportamento completamente inato, onde todos os participantes do grupo desempenham suas funções de maneira rígida para o benefício do grupo. Existem grandes vantagens biológicas na origem do comportamento altruísta estar presente no código genético de uma espécie, pois se elimina a necessidade de aprendizagem, bem como se reduz drasticamente a possibilidade do erro. No entanto, esta similaridade com as formigas não parece se aplicar ao comportamento humano, pois muito do que se faz socialmente se deve a aprendizagem. Além disto, esta abordagem ignora a liberdade e flexibilidade presente nos humanos, que obviamente não é cumprida no caso das formigas.

---

<sup>8</sup> As teorias da seleção de parentesco e do altruísmo recíproco endossam que a seleção natural ocorre no nível dos organismos individuais. Também é possível explicar a evolução do altruísmo a partir da concepção de que a seleção natural ocorre no nível de grupos de organismos. Em linhas gerais, grupos de organismos altruístas teriam maior vantagem frente a grupos de organismos egoístas, tornando os grupos altruístas mais aptos. No presente trabalho optamos por endossar as visões que afirmam que a seleção natural ocorre no nível individual, por ser a escolha teórica endossada por Ruse. Para maior discussão deste ponto, ver Okasha (2013) e Ridley (2005).

O *hardware genético* possui um funcionamento estrito e muito limitado, apenas funcionando de maneira plena se as condições ambientais forem favoráveis. No caso das formigas, a ocorrência de um desastre natural como uma tempestade ou um tornado que apague suas trilhas pode acarretar na perda de milhares de insetos. Porém, as formigas podem “lidar com esta perda”, pois uma mãe formiga possui milhares de descendentes. No caso dos seres humanos, por sua vez, as perdas não podem ser aceitas devido a sua estrutura social. Os descendentes são limitados, além de demandarem muito cuidado empregado. Sendo assim, “a genética inata ubíqua não é para nós.” (Ruse 1995, p. 236) Logo, a hipótese do *hardware genético* não é capaz de explicar como os seres humanos se comportam de maneira altruísta.

### 3.2. A hipótese dos “supercérebros”

A segunda hipótese analisada por Ruse afirma que o altruísmo deve ser alcançado a partir de cérebros supereficientes, que façam os seres humanos escolherem sempre aquilo que for melhor para si, negociando e barganhando com os demais membros da espécie e chegando a um acordo pleno. Em outras palavras, “[a] cooperação ocorrerá simplesmente porque é a coisa mais racional a ser feita.” (Ruse 1995, p. 237).

Contudo, existem uma grande quantidade de obstáculos evolutivos para seres humanos com cérebros superdesenvolvidos. Alcançar acordos perfeitos que beneficiem o grupo de indivíduos como um todo demanda uma alta quantidade de tempo, e o tempo custa um valor muito alto evolutivamente. A biologia prioriza por soluções rápidas e “baratas”, ao invés da perfeição atingida por um alto custo. Segundo Fraser (2013, p. 461), muitas vezes organismos optam por mecanismos que possuem um tipo de confiabilidade barata pelo preço da generalidade e da agilidade, em vez de mecanismos com um alto grau de confiabilidade, por um preço muito caro evolutivamente. Como apontado por Ruse, “Não há grande utilidade em pesar se está em seus interesses biológicos salvar seu amigo de um tigre, se no momento que você terminar seu cálculo, vocês dois estiverem no estômago do tigre.” (Ruse 1995, p. 237, tradução nossa).

### 3.3. A hipótese do altruísmo moral

Por fim, a terceira hipótese analisada por Ruse afirma que o altruísmo biológico é alcançado a partir do altruísmo moral, também conhecido como altruísmo real. Este tipo de altruísmo é diferente do altruísmo biológico, pois é caracterizado como a ação consciente que visa promover o bem de outro indivíduo ou grupo de indivíduos unicamente pela razão de que é certo fazê-lo. Sendo assim, é necessário um tipo de *intencionalidade* e ciência da ação, o que não ocorre no altruísmo biológico, visto que este é apenas medido em termos de adequação reprodutiva sem qualquer estado consciente no momento da ação.

Para Ruse (1995, p. 238), os seres humanos não necessitam de cérebros superdesenvolvidos que esgotem todas as possibilidades através de cálculos, mas de alternativas menos custosas e mais engenhosas para o alcance do altruísmo biológico. Posto isto, uma analogia explicativa é proposta: os primeiros computadores desenvolvidos para jogar xadrez mostraram-se inúteis, pois foram programados para calcular e esgotar todos os melhores movimentos, e, após algum período de jogo, tornavam-se completamente imóveis, pois buscavam em um tempo infinito a melhor jogada a ser feita. No entanto, atualmente existem computadores que são apenas ótimos jogadores, não ganhando todas as vezes (pois ainda podem perder para os melhores jogadores humanos), mas com estratégias baseadas em experiências passadas que se mostraram confiáveis, e não mais baseadas no cálculo da melhor jogada possível.

Ruse (1995, p. 238) conclui que a “máquina moral” humana se assemelha aos computadores atuais desenvolvidos para jogar xadrez. Os seres humanos já possuem certas estratégias já realizadas e testadas que guiam a “melhor jogada” de suas ações em situações sociais, garantindo a solução rápida e barata



que é biologicamente necessária. Esta máquina, embora mais propensa ao erro, é claramente mais vantajosa evolutivamente. As estratégias em questão, que garantem a “melhor jogada”, são as regras de conduta moral. Em outras palavras, “[...] para nos fazer altruístas no sentido biológico, a biologia nos fez altruístas no sentido moral e real.” (Ruse 1995, p. 238, tradução nossa).

A biologia nos imbuíu de regras de conduta morais devido à complexidade das relações sociais humanas, bem como a variabilidade e a flexibilidade de situações nas quais os seres humanos estão inseridos e vivenciam. A teoria da seleção de parentesco evidentemente é presente nos seres humanos, visto que intuitivamente temos maior tendência de agir de maneira altruísta com nossos parentes do que com estranhos. Tome relações entre casais e entre pais e filhos, por exemplo. Contudo, mesmo no âmbito de relações entre parentes, apenas o altruísmo biológico parece insuficiente para conduzir o comportamento entre seres humanos. A situação agrava-se no âmbito de relação com seres humanos que não possuem grau de parentesco, pois apenas um tipo de “auto interesse esclarecido” não seria suficiente para sustentar as relações cooperativas humanas.

Logo, “O ponto chave, que nunca pode ser esquecido, é que nós somos em grande medida auto interessados.” (Ruse 1995, p. 242, tradução nossa). Se somos em grande medida auto interessados, e as teorias da seleção de parentesco e do altruísmo recíproco (mesmo que sejam um bom ponto de partida), ainda são insuficientes, como é possível explicar o altruísmo nos seres humanos? No caso da maioria das relações entre seres humanos (sejam parentes ou não), a genealogia das crenças morais humanas aponta que a moralidade, em toda a sua dimensão normativa e prescritiva, foi selecionada de maneira indispensável para produzir o altruísmo biológico e, assim, garantir a cooperação.

Os sentimentos de obrigação moral “enterram” a natureza humana bruta e os comportamentos egoístas para que os seres humanos consigam evoluir em ambientes propensos a relações sociais complexas. Em outras palavras, a partir das regras de conduta morais, a biologia “proporcionou um tipo de solução ‘rápida’ e ‘suja’ que nós, super ‘altruístas’ necessitamos.” (Ruse 1995, p. 238, tradução nossa).

Para que consigamos agir de maneira biologicamente altruísta uns com os outros, a seleção natural nos proporcionou sentimentos e inclinações acerca do que devemos ou não devemos fazer moralmente. Em outras palavras, “[...] para nos tornar altruístas no sentido biológico metafórico, a biologia nos fez altruístas no sentido moral e literal.” (Ruse 1995, p. 238, tradução nossa).

Com esta hipótese, Ruse consegue resolver todos os desafios que minaram a ética “analógica”. Primeiramente, Ruse é capaz de explicar como a sua ética evolucionista “literal” não conflita com a nossa melhor ciência, dado que o ponto de partida da explicação de Ruse é a biologia contemporânea. Além disso, Ruse consegue resolver também o problema da evolução gerar possíveis “cretinos” em ética, já que sua teoria aponta exatamente o oposto. A evolução gerou seres altruístas no sentido real, para atingir o altruísmo no sentido biológico cooperativo. Logo, não faria sentido algum, na teoria de Ruse, a visão de que a evolução gerou seres humanos egoístas.

Por fim, a hipótese de Ruse não conflita com as intuições morais do senso comum, pelo contrário. A visão evolucionista não se compromete com nenhum tipo de princípio moral específico, comportando todas as principais teorias morais (seja a visão utilitarista, kantiana, cristã, etc.). E, diferentemente do que pode ser pensado pelos teóricos morais, esta é uma grande vantagem da ética evolucionista “literal”. Pois, no senso comum, frente a diversidade das situações onde ações morais são necessárias, é pouco provável que um indivíduo aja de maneira totalmente kantiana ou totalmente utilitarista, por exemplo. O ponto do evolucionista é que a seleção natural nos moldou com a capacidade de agir e pensar moralmente, independentemente de quais sejam esses princípios. Em outras palavras,

No fim das contas, existem alguns casos cruciais onde alguns sistemas morais são bem-sucedidos e outros falham. [...] Novamente, eu endossaria que esta é uma vantagem e não uma fraqueza para o evolucionista. [...] Adaptações raramente são perfeitas. [...] A ética é uma boa adaptação, mas algumas

vezes erra e não pode funcionar. A estranheza é pensar que isso seja uma surpresa e não algo esperado.  
(Ruse 1995, p. 243, tradução nossa)

Após resolver os três primeiros problemas que foram lançados para a ética evolucionista “analógica”, resta apenas, para Ruse, resolver o problema da falácia naturalista e da lei de Hume. Discutiremos este ponto na próxima seção, na qual posicionaremos Ruse no debate metaético contemporâneo, mostrando como o autor desenvolve sua teoria metaética fundamentada na teoria da seleção natural.

#### 4. A metaética darwiniana de Michael Ruse

Após estabelecer uma visão inovadora de ética em primeira ordem, na qual não há mais prescrição, apenas descrição, Ruse busca mostrar como a evolução possui também consequências para o âmbito da ética de segunda ordem, ou seja, para a metaética.<sup>9</sup> O ponto de partida do desenvolvimento da metaética de Ruse é a discordância com outro expoente da visão evolucionista da moralidade no século XX, Edward Wilson. Wilson (1975) afirma que “Cientistas e humanistas deveriam refletir juntos sobre a possibilidade de ter chegado a hora de se retirar temporariamente a Ética das mãos dos filósofos para entregá-la aos biólogos.” (Wilson 1975, p. 563, tradução nossa). O ponto de Wilson (1975) é que com o avanço da biologia no século XX, as descobertas científicas são capazes de explicar plenamente todo o comportamento moral humano, não havendo mais espaço para a discussão filosófica, já que a biologia seria capaz de esgotar a discussão.

Ruse (1983) discorda completamente desta perspectiva. Para o autor, com o avanço da biologia no século XX, chegou o momento em que talvez “[...] os filósofos e humanistas devessem examinar juntos a possibilidade de que tenha chegado a hora de retirar temporariamente a Biologia das mãos dos biólogos e torná-la filosófica.” (Ruse 1983, p. 224). Em sua posição naturalista, Ruse aponta que a filosofia está em continuidade com a ciência. Logo, em um primeiro momento, a biologia pode ser utilizada para esclarecer por que os seres humanos são, de alguma forma, animais morais. Este ponto foi discutido na seção anterior. Em um segundo momento, é possível analisar as consequências da explicação biológica para os fundamentos da moralidade, ou seja, para o âmbito da justificação.

Se em primeira ordem a biologia pode explicar o porquê agimos da maneira como agimos, em segunda ordem a biologia poderia supostamente oferecer a justificação do porquê agimos como agimos. Neste ponto, a metaética darwiniana de Ruse parece cair em um impasse: se o âmbito da metaética é o âmbito da justificação do porquê agimos como agimos, então é necessário utilizar a evolução para fundamentar as prescrições morais. Em outras palavras, é necessário afirmar que a seleção natural é a justificação última do porquê devemos agir moralmente. Contudo, esta visão se choca diretamente com lei de Hume e com a falácia naturalista. A metaética darwiniana estaria, então, completamente inviabilizada, e a biologia deveria inevitavelmente ser retirada da discussão filosófica?

Para oferecer uma resposta negativa à esta visão, é necessário que Ruse se insira no debate metaético contemporâneo em algum grupo de teorias que negue que a moralidade possua qualquer tipo de justificação última. Em outras palavras, a metaética darwiniana de Ruse pode evitar a falácia naturalista e a lei de Hume ao endossar uma visão antirrealista acerca da moralidade, ou seja, uma visão que não busca afirmar que existem fundamentos objetivos últimos para a moralidade. No presente artigo, analisaremos três possíveis caminhos teóricos seguidos por Ruse: uma visão metaética *emotivista*, uma visão metaética *ficionalista* e uma visão metaética da *teoria do erro*.

<sup>9</sup> Consideramos que o âmbito da metaética se caracteriza pela investigação de questões mais fundamentais e abstratas que o âmbito da ética normativa (substantiva). A relação entre metaética e ética normativa é uma questão que está além dos propósitos do presente trabalho. Podemos afirmar, em linhas gerais, que a metaética busca investigar questões acerca da ontologia, da epistemologia e da linguagem moral. No presente trabalho, daremos enfoque à questão metaética mais importante para Ruse: o âmbito da ontologia moral. O âmbito da ontologia moral investiga se existem “entidades morais”, por exemplo, fatos, propriedades morais e etc., e quais seriam, os fundamentos da moralidade. Para maior discussão deste ponto, ver Chrisman (2016).

#### 4.1 Posicionando Ruse no debate metaético: emotivismo, ficcionalismo e teoria do erro

Ruse discorre acerca de sua metaética darwiniana em diversas obras. Contudo, no presente trabalho, daremos enfoque a duas obras centrais para posicionar Ruse no debate metaético contemporâneo: *Levando Darwin a Sério* (1986) e *Evolutionary Naturalism* (1995). Em *Evolutionary Naturalism* (1995), Ruse afirma que sua posição metaética é uma posição não-cognitivista, visto que este tipo de posição é suficiente para evitar os problemas oriundos da falácia naturalista e da Lei de Hume. Em outras palavras,

[...] a minha afirmação é que a ética não possui justificação ou fundamento – neste sentido, eu sou um não-cognitivista – embora eu pense que um componente essencial da ética como adaptação é que nós acreditamos que a ética realmente possui uma fundação real (nós a ‘objetificamos’). (Ruse 1995, p. 255, tradução nossa, grifos nossos)

Embora Ruse se considere como um não-cognitivista, optamos por posicioná-lo como um antirrealista.<sup>10</sup> O não-cognitivismo se encontra em um debate metaético acerca do tipo de estado mental da moralidade. A tese central do não-cognitivista é que quando emitimos uma sentença moral, não estamos expressando um estado representacional, como o estado da crença, e sim um estado emotivo, como o estado do desejo. De acordo com Joyce (2016), o antirrealismo é um conjunto de teses em metaética mais abrangente do que o não cognitivismo.<sup>11</sup> O antirrealismo, em linhas gerais, afirma que propriedades ou fatos morais não existem de maneira objetiva.<sup>12</sup> Logo, o antirrealismo consegue abarcar as três teorias possíveis às quais Ruse pode adequar sua metaética darwiniana: emotivismo, ficcionalismo e teoria do erro.

A metaética darwiniana de Ruse é construída como uma continuação de sua posição no âmbito da ética. “Desenvolveram-se em nós regras epigenéticas que nos levam a fazer coisas porque elas são certas, e nos abstermos de outras porque são erradas.” (Ruse 1986, p. 320). Para Ruse, a seleção natural fez com que as exigências morais alcançassem um *status* diferente de todos outros tipos possíveis de exigência. Para qualquer ser humano normal, regras morais como “não matar” são um tipo de exigência com um senso de obrigação ou dever tão forte, que garante que essa regra não seja quebrada. Por esta razão, Ruse endossa que a moralidade não tem qualquer significação ou justificação fora do contexto dos seres humanos. Ou seja, não há qualquer justificação última, independente da mente dos seres humanos, que explique ou justifique a moralidade. A partir da seleção natural, embora em um primeiro momento, a moralidade pareça ser algo “objetivo”, a visão mais correta a ser adotada no âmbito da metaética é o antirrealismo.

A partir da visão antirrealista, a metaética darwiniana de Ruse claramente não recai no problema da falácia naturalista ou da lei de Hume. Pois, o ponto de Ruse é justamente mostrar que a evolução é a causa principal para a distinção genuína entre aquilo que é (factual) e aquilo que deve ser (moral). Em outras palavras, “As falácias ocorrem quando se tenta *deduzir* reivindicações morais de reivindicações factuais.” (Ruse 1986, p. 326). Na metaética darwiniana, não há qualquer tentativa de

<sup>10</sup> Em outros trabalhos, Ruse se define como um tipo de “não-realista”. Esta visão seria um pouco menos substantiva do que o antirrealismo. Contudo, no intuito de posicionar Ruse no debate contemporâneo em metaética, optamos por considerá-lo como um antirrealista. Para maior discussão deste ponto, ver Ruse (2002).

<sup>11</sup> O não cognitivista é necessariamente um antirrealista. Pois, ao endossar que sentenças morais expressam estados emotivos (conativos), o não cognitivista necessariamente endossa uma tese sobre a natureza das propriedades morais. Contudo, nem todo o antirrealista é necessariamente um não cognitivista. Pois, é possível endossar que não existem fatos ou propriedades morais objetivas, mas não endossar que sentenças morais expressem estados emotivos (conativos). De acordo com Joyce (2016), o antirrealismo é composto da disjunção de três teses: não cognitivismo, teoria do erro e não-objetivismo. Para maior discussão deste ponto, ver Joyce (2016).

<sup>12</sup> O antirrealismo é a tese metaética que se opõe ao realismo moral. Em linhas gerais, o realismo é a tradicional teoria em metaética que afirma que a natureza das propriedades ou fatos morais é objetiva e independente da mente dos agentes. Este tipo de visão endossa que determinada propriedade moral ou fato possui seu valor de verdade de maneira objetiva e universal, independente da mente dos agentes que valoram. Em outras palavras, determinada ação é boa independentemente de existir um agente moral para atribuir a propriedade “bom” àquela ação. Para maior discussão deste ponto, ver Sayre-McCord (2013).

justificar ou fundamentar a moralidade a partir da seleção natural. Não há qualquer tentativa, por exemplo, de afirmar que “matar é errado” realmente é algo errado porque esta afirmação está fundamentada na seleção natural.

O ponto é apenas explicar, não ultrapassando a barreira da lei de Hume, mas contornando-a, que a partir da seleção natural as afirmações morais ganham a sua aparência de objetividade ou de senso de obrigação ou dever.<sup>13</sup> A ciência possui consequências para o âmbito da fundamentação da moralidade, sem efetivamente fundamentá-la: na verdade, a ciência mostra que a moralidade não possui a fundamentação objetiva pensada pelos filósofos. A origem da moralidade está totalmente conectada ao processo biológico dos seres humanos, não sendo algo objetivo à parte destes processos. Contudo, isto não implica na eliminação da barreira entre ser/dever ser. Para Ruse, a lei de Hume deve ser mantida por também estar coadunando com a ciência: o âmbito do ser, de qualquer proposição factual, é totalmente diferente do âmbito do dever ser, de qualquer proposição moral. E, justamente, a seleção natural é a responsável por ter criado esta “barreira”!<sup>14</sup>

Por implicação da visão da “barreira” entre o âmbito do ser e do dever ser, Ruse classifica que o senso de dever moral, para ter tamanha força de dever ou obrigação, não pode ser um tipo de sentimento. Logo, a posição metaética de Ruse não pode ser alinhada com uma visão emotivista. O emotivismo possui como tese central a visão de que sentenças morais não são aptas à verdade ou falsidade, pois são apenas a expressão de estados mentais conativos (não expressando crenças em proposições morais). Em outras palavras, de acordo com Ayer, quando eu faço qualquer tipo de afirmação moral, “Eu não estou fazendo qualquer declaração factual, nem mesmo uma declaração sobre o meu próprio estado da mente. Eu estou meramente expressando certos sentimentos morais” (Ayer 1946, p. 107, tradução nossa).

Ruse claramente discorda do ponto de Ayer em sua metaética darwiniana. Pois, “O ponto de vista do darwinista é que os sentimentos morais por si só não seriam suficientes para nos levar a interagir socialmente de uma forma que nos beneficiasse biologicamente.” (Ruse 1986, p. 319). Para Ruse, os sentimentos (ou tipos de estados semelhantes) são muito voláteis para explicar o senso de dever presente na moralidade dos seres humanos. Por esta razão, consideramos que o antirrealismo proposto por Ruse não pode ser do tipo emotivista. “Se digo que matar é errado, não estou dizendo simplesmente que não gosto de matar, assim como não reajo apenas emocionalmente contra isso (como preferiria o emotivismo tradicional).” (Ruse 1986, p. 322).

Se a metaética darwiniana de Ruse não é um tipo de teoria emotivista, resta investigar se é um tipo de teoria ficcionalista, ou de teoria do erro. Para Ruse, o aspecto chave da metaética darwiniana é que, embora ela seja um tipo de teoria antirrealista, ela consegue lidar com a aparente objetividade da moralidade. Dito de outro modo, a moralidade foi forjada pela seleção natural de modo que seja totalmente compulsória, não dependendo da opção pessoal dos indivíduos. “O darwinista argumenta que a moralidade simplesmente não funciona (do ponto de vista biológico) ao menos que acreditemos que ela seja objetiva.” (Ruse 1986, p. 322). Sendo assim, para garantir a sua natureza compulsória, necessária ao processo evolutivo, a seleção natural tornou a moralidade objetiva como um tipo de “ficção” colocada em nossos “genes”. Em um primeiro momento, este tipo de concepção parece colocar a metaética darwiniana como um tipo de teoria ficcionalista.

O ficcionalismo metaético é um conjunto de teorias que afirmam como tese central que o discurso moral é um tipo de ficção útil. O ficcionalismo é dividido em dois grandes grupos teóricos: o

<sup>13</sup> Neste ponto, Ruse pode ser considerado como realizando dois movimentos: enfrentar a Lei de Hume, ou se esquivar da Lei de Hume. De qualquer modo, a metaética darwiniana não precisa (como a metaética do realismo naturalista, por exemplo) responder ou tentar refutar a Lei de Hume. A metaética darwiniana consegue lidar com a lei de Hume de maneira muito mais simples, sendo esta uma de suas grandes vantagens teóricas no âmbito da metaética contemporânea. Para maior discussão deste ponto, ver Ruse (2021).

<sup>14</sup> Ao ser responsável pela “barreira”, a seleção natural é apenas a causa do âmbito do dever ser. Logo, não há qualquer tentativa de fundamentação, apenas uma análise causal dos processos que levaram a moralidade humana. A metaética darwiniana de Ruse torna-se, assim, imune ao ataque de que estaria, supostamente, violando a lei de Hume.

ficcionalismo revolucionário e o ficcionalismo hermenêutico. O ficcionalismo revolucionário parte da teoria do erro, endossando que uma revolução moral acontecerá no futuro, quando a teoria do erro estiver “popularizada”, na qual as pessoas irão estar cientes da real natureza da moralidade, e irão permanecer engajadas no discurso moral, cientes que estão apenas “atuando”. O ficcionalismo hermenêutico acredita que a revolução moral já aconteceu, e no presente momento os agentes morais já sabem que estão engajados em um tipo de ficção (Van Roojen 2013).

Os teóricos ficcionalistas, de certo modo, parecem endossar que é necessário “revelar” a real natureza ficcional da moralidade. Contudo, este não parece ser o ponto de Ruse. Para Ruse (1986), a moralidade parece necessitar que seu lado “ficcional” de objetividade permaneça oculto. Pois, os agentes morais precisam realmente acreditar que existe algo objetivo, universal, que os compele a enterrar seus sentimentos egoístas em prol de ações altruístas para com os outros. Em outras palavras,

Para o darwinista, a verdadeira essência da moralidade é que ela é compartilhada, e não relativa. Ela não age como se fosse uma adaptação biológica, a menos que todos participemos. A menos que haja essa participação total, a ilusão da moralidade (objetiva) não subsistirá. (Ruse 1986, p. 325)

Neste caso, a metaética darwiniana parece se aproximar mais de um tipo de teoria do erro.

A teoria do erro é um tipo de teoria metaética, desenvolvida originalmente por Mackie (1977), que afirma que o discurso moral é composto de falsidade. O teórico do erro endossa, em linhas gerais, que ao emitirmos sentenças morais ou possuímos crenças morais, buscamos representar propriedades morais objetivas que não existem na realidade. Logo, toda a crença moral é nada mais do que uma representação incorreta da realidade, pois toda a crença moral busca representar propriedades que não existem (Van Roojen 2013). Este parece ser um ponto muito próximo à metaética darwiniana.

Para Ruse, a evolução nos moldou em “erro”: acreditamos que a moralidade é objetiva, e que representamos fatos ou propriedades morais objetivos e universais. Contudo, estes fatos ou propriedades não existem. Sendo assim, “Se você pensa que para uma afirmação ser verdadeira ela precisa se referir a determinada coisa ou coisas, a minha afirmação é que em um sentido importante a ética normativa é falsa.” (Ruse 1995, p. 246, tradução nossa). Não há qualquer tipo de fundamento objetivo que sirva de referência para as afirmações morais.

Os fatos ou propriedades morais com aparência de objetividade são apenas um recurso heurístico “barato” utilizado no processo da seleção natural para garantir a cooperação humana. É comum priorizar mecanismos mais falhos, que gerem “erros”, desde que estes “erros” gerem vantagens adaptativas (Ruse 1995). No caso da metaética darwiniana, em consonância com a ética darwiniana de primeira ordem, é implicado que a evolução priorizou um mecanismo moral “errôneo” que gerou grande benefício adaptativo. Em outras palavras, acreditamos na objetividade da moralidade, mesmo que ela seja um erro ou uma ilusão, pois o “senso” de objetividade é o que garante a cooperação humana. “Se a moralidade não tivesse esse ar de externalidade ou objetividade ela não seria moralidade e (do ponto de vista biológico) deixaria de fazer o que lhe cumpre fazer.” (Ruse 1986, p. 322).

De acordo com Joyce (2013), a argumentação de Ruse que o torna um teórico do erro está fundamentada no princípio de parcimônia explicativa. Não precisamos postular nenhum tipo de fato moral objetivo no mundo (especialmente porque este tipo de fato, quando não identificado ou reduzido a propriedades naturais, possui uma ontologia carregada). Podemos explicar nosso comportamento moral simplesmente recorrendo à nossa genealogia evolutiva. Em outras palavras, embora a moralidade pareça, em um primeiro momento, ser objetiva, quando analisada à luz de evidências empíricas, percebemos que esta aparente objetividade não é explicada por propriedades objetivas e independentes da mente, mas por nossa própria história evolutiva.

Deste modo, Ruse consegue estabelecer a metaética darwiniana de uma perspectiva antirrealista, alinhada com a teoria do erro, e sem recair em qualquer tipo de fundamentação/justificação empírica que geraria conflitos com a lei de Hume. Assim, Ruse consegue evitar o último dos problemas da ética

evolucionista “análogica”, ultrapassando todas as principais críticas que supostamente eliminariam qualquer tentativa de estabelecer teorias éticas e metaéticas de uma perspectiva evolucionista. De maneira mais específica, diferentemente do que foi pensado pelos principais críticos de visões naturalistas em metaética, a metaética darwiniana de Ruse revela-se como uma proposta pertinente e promissora.

## 5. Considerações finais

A visão darwiniana de Ruse consegue ultrapassar todos os problemas direcionados à visão *spenceriana* de ética. A relação entre o altruísmo moral e o altruísmo biológico é eficiente tanto de uma perspectiva filosófica, quanto de uma perspectiva biológica, estando ambas em conformidade. O movimento de buscar uma reformulação da ética em primeira ordem, deixando de ser uma questão de prescrição da melhor forma de ação ou dos melhores valores morais, para ser uma descrição do comportamento moral é de extrema importância para a filosofia contemporânea.

A explicação do comportamento moral a partir do altruísmo é um movimento válido e sustentado empiricamente. Assim, a requisição de posições com viés do naturalismo metodológico, a saber, que as posições filosóficas devem estar em conformidade com as teorias empiricamente provadas no campo das ciências é cumprida pelos teóricos evolucionistas no campo da ética. Isto se deve, em um primeiro momento, ao altruísmo ter se mostrado justificado empiricamente, a partir das teorias da seleção de parentesco e do altruísmo recíproco que estão em conformidade com a teoria evolucionista.

Por fim, as implicações da ética darwiniana em primeira ordem para a metaética darwiniana também se sustentam. A teoria metaética evolucionista de Ruse consegue se sustentar filosoficamente, ultrapassando novamente os desafios que são tradicionalmente colocados para visões de viés naturalista. Assim, Ruse consegue propor uma sólida ética darwiniana em primeira ordem, e uma sólida e promissora metaética darwiniana como um tipo de teoria do erro em segunda ordem.

## Bibliografia

---

- Ayer, A. J. (1946), *Language, Truth, and Logic*, New York: Dover.
- Chrisman, M. (2016), *What Is This Thing Called Metaethics?*, New York: Routledge.
- Fraser, B. J. (2013), “Evolutionary Debunking Arguments and the Reliability of Moral Cognition”, *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition* 168(2): 457-473. <https://doi.org/10.1007/s11098-013-0140-8>
- Joyce, R. (2016), “Moral Anti-Realism”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.), <https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/moral-anti-realism/>
- Joyce, R. (2013), “The Evolutionary Debunking of Morality”, in Feinberg, J. e R. Shafer-Landau (eds.), *Reason and Responsibility: Readings in Some Basic Problems of Philosophy*, Boston, Mass.: Cengage Learning, pp. 527-534.
- Mackie, J. (1977), *Ethics: Inventing Right and Wrong*, New York: Penguin Books.
- Okasha, S. (2013), “Biological Altruism”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), <https://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/altruism-biological/>
- Ridley, M. (2005), *Evolução* (tradução de Henrique Bunselmeyer Ferreira, Luciane Passaglia e Rivo Fischer), Porto Alegre: Artmed.
- Ruse, M. (1986), “Evolutionary Ethics: a Phoenix Arisen”, *Zygon* 21(1): 95- 112.
- Ruse, M. (1986), *Taking Darwin Seriously*, Oxford: Basil Blackwell.

- Ruse, M. (1983), *Sociobiology: Sense or Nonsense?*, North-Holland: D. Reidel Publishing Company.
- Ruse, M. (1988), *Philosophy of Biology Today*, New York: State University of New York Press.
- Ruse, M. (1995), *Evolutionary Naturalism*, New York: Routledge.
- Ruse, M. (2002), “A Darwinian Naturalist’s Perspective on Altruism”, in Post, S. G., Underwood, L. G., Schloss, J. P. and W. B. Hurlbut (eds.), *Altruism and Altruistic Love: Science, Philosophy, and Religion in Dialogue*, Oxford: Oxford University Press, pp. 151-167.
- Ruse, M. (2021), “Charles Darwin y la ética: por qué *El origen del hombre* es la obra más importante en la filosofía moral desde la *Ética a Nicómaco* de Aristóteles” (tradução de E.J. Suárez-Ruiz, revisão de L. González-Galli), in López-Orellana, R. e E. J. Suárez-Ruiz (eds.), *Filosofía posdarwiniana*, London: College Publications, pp. 21-60.
- Sayre-McCord, G. (2005), “Moral Realism”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2005 Edition), Edward N. Zalta (ed.), <https://plato.stanford.edu/archives/win2005/entries/moral-realism/>
- Smith, D. (2017), *How Biology Shapes Philosophy: New Foundations for Naturalism*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Van Roojen, M. (2015), *Metaethics. A Contemporary Introduction*, New York: Routledge.
- Vlerick, M. (2020), “Explaining Human Altruism”, *Synthese* 199: 2395-2413.
- Trivers, R. (1971), “The Evolution of Reciprocal Altruism”, *Quarterly Review of Biology* 46: 35-57.
- Wilson, E. (1975). *Sociobiology: The New Synthesis*, Cambridge: Harvard University Press.